

AGMP

Breves Notas

2004



BREVES

NOTAS

GOIÂNIA, MARÇO DE 2004

NOSSA ASSOCIAÇÃO

"Queremos que todos participem, sem distinção"

A nova diretoria da Associação Goiana do Ministério Público assume mandato do biênio 2004/2006 com a meta de unir a categoria na defesa dos seus direitos constitucionais, ameaçados pelas reformas da Previdência e do Judiciário. Em seu

discurso de posse, o presidente Benedito Torres Neto enfatizou que a nova diretoria está atenta para as necessidades da categoria e pediu a união da classe. "Lutaremos para que o Direito prevaleça, restaurando a tranquilidade aos nossos colegas aposentados e

também aos membros em exercício atingidos pela reforma." Após a solenidade de posse, no dia 31 de janeiro, às 20h30, houve confraternização na sede do clube com presença de inúmeras personalidades de todas as esferas do poder. **PÁGINAS 8, 9, 10 e 11**

Eliane de Castro



Estamos atentos! Lutaremos para que o Direito prevaleça, restaurando a tranquilidade aos nossos colegas atingidos pela reforma.



Benedito Torres Neto - presidente da AGMP

LUTA

AGMP consegue liminar e evita corte de salários.

PÁGINA 3

DESCONTRAÇÃO

Happy hour reúne colegas e o melhor da música goiana.

PÁGINA 4

EVENTO

Fonteles, Jobim e Marfan participam de seminário na AGMP.

PÁGINA 5

Local: Brasília
Data: 8 de março
Promoção: Instituto Brasileiro
de Direito Público (IDP Ltda)
Informações e inscrições: (61)
364-0011
e-mail: idp@idp.org.br

Fotografia
Moraes

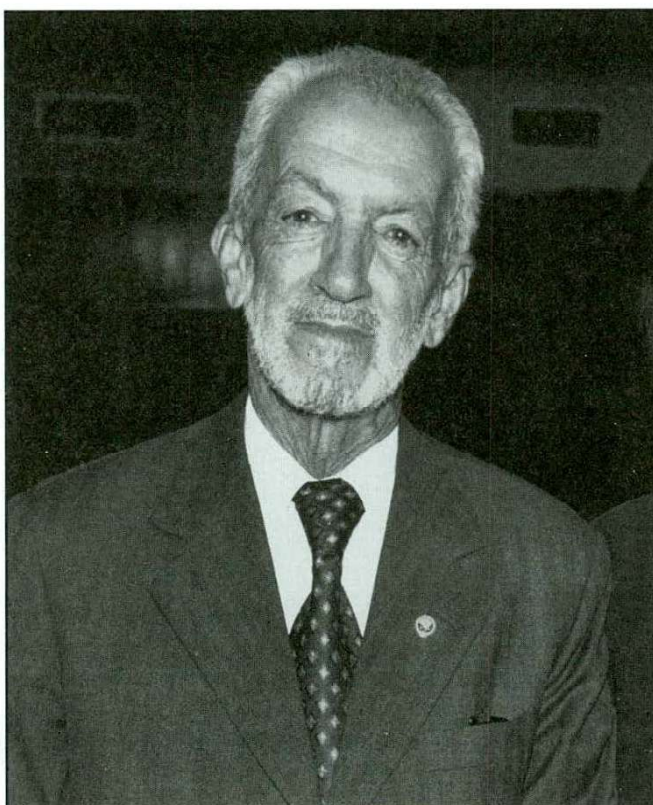
TETO

AGMP consegue liminar e evita corte de salários

DECISÃO IMPEDIU QUE REDUTOR FOSSE APLICADO NA FOLHA DE PAGAMENTO DO MÊS DE FEVEREIRO. EM ALGUNS CASOS, A PERDA SALARIAL ULTRAPASSARIA 10 MIL

O juiz Ari Ferreira de Queiroz, titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, concedeu no dia 27 de fevereiro liminar em mandado de segurança patrocinado pela AGMP e impediu o corte de salários de promotores e procuradores de Justiça que ultrapassassem o teto salarial, fixado em R\$ 17.251,45. A demanda foi proposta em nome de noventa e quatro associados, representados pelo advogado e associado João Neder.

A AGMP questionou a Portaria nº 01/2004 do Diretor Geral do Ministério Público, José Eduardo Veiga Braga, editada por delegação da Procuradora-Geral de Justiça, Laura Maria Ferreira Bueno, que determina elaboração de folha de pagamento para servidores ativos e inativos do Ministério Público em simetria com o salarial fixado pela Resolução nº 01/2004, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Pela resolução, que teve por base a Emenda Constitucional nº 41/2003, a maior remuneração de desembargador em Goiás é R\$ 17.251,45,



João Neder foi escolhido para estar à frente da defesa dos associados

que representa 90,25% dos vencimentos dos membros do Supremo Tribunal Federal. Na demanda, a AGMP demonstra a

inconstitucionalidade do ato delegado pela Procuradora-Geral de Justiça que viola os princípios constitucionais do direito adquiri-

do e do ato jurídico perfeito, preconizados no art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.

Em sua decisão, o juiz encampou os argumentos dos impetrantes, ressaltando a garantia prevista no art. 128, § 5º, inciso I, letra "c", da Constituição Federal, que prevê a irredutibilidade de vencimentos aos membros do Ministério Público e reconheceu presentes os requisitos do periculum in mora e fumus boni juris, afirmando haver aparente inconstitucionalidade no art. 9º, da Emenda Constitucional nº 41, quando determina a redução da remuneração do servidor que supere o chamado teto salarial.

Uma outra demanda no mesmo sentido havia sido proposta individualmente pela promotora de Justiça aposentada Marilda Helena Vasconcelos, mas a liminar foi indeferida com relação ao subteto pela juíza Elizabeth Maria da Silva, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual.

A AGMP permanecerá atenta na defesa dos direitos dos associados.



Laura Bueno definiu a escolha

Ivana Farina substitui Benedito Torres na 6ª Procuradoria Cível

Em reunião realizada dia 03 de março, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou acerca da substituição de Benedito Torres na 6ª Procuradoria Cível. Na votação, Fernando Aurvalle Krebs obteve 4 votos; Sérgio Abinagem, 4; Ivana Farina, 3 e Marcos Rios também 3. Na lista

tríplice, figuraram Fernando Krebs em primeiro; Sérgio Abinagem em segundo e, em razão do critério de antiguidade, Ivana Farina em terceiro. A escolha final coube à presidente do Conselho Superior, Laura Maria Ferreira Bueno, que indicou Ivana Farina para a substituição.

Na mesma reunião, o Conselho Superior promoveu, por antiguidade, a colega Lucinéia Vieira Matos, de São Domingos para a 2ª Promotoria de Jataí, e removeu, por antiguidade, Jales Guedes Coelho Mendonça da Comarca de Posse para a 4ª Promotoria de Itumbiara.

CONFRATERNIZAÇÃO

Talentos goianos encantam associados em happy hour

PROMOTORES E PROCURADORES SE
DESCONTRAEM NO CLUBE DA AGMP AO
SOM DA MELHOR MÚSICA DA TERRA

Os cantores Gustavo Veiga, Darwinson, TonZêra e Maria Eugênia soltaram as vozes no happy hour do dia 13 de fevereiro, a partir das 18h30, na sede social da AGMP, para cerca de 80 associados. De acordo com a diretora cultural da Associação, Leila Maria de Oliveira, além de abrir espaço para

os artistas goianos mostrarem seu trabalho para um público seletor, trata-se de mais uma oportunidade de confraternização entre os membros do MP. "Nosso objetivo é estreitar o relacionamento entre os colegas, para promover a união da categoria. É um momento de descontração, onde todos podem conversar mais."

80
pessoas
participaram da
confraternização

Leila Maria avisa que neste mês acontecerá outra confraternização, em data ainda a ser confirmada. "Estamos definindo as atrações, mas os colegas serão avisados

com antecedência, inclusive os do interior, para que todos possam participar." A diretora cultural agradece os patrocínios da MB Engenharia e da Direct TV, que ofereceram os caldos de feijão e frango, servidos na ocasião.

O cantor e compositor Gustavo Veiga está empolgado com o espaço aberto pela AGMP para os artistas locais. "É uma iniciativa espetacular para a música goiana. Temos cantores talentosos à espera de uma oportunidade dessas para mostrar o trabalho."

Gustavo Veiga

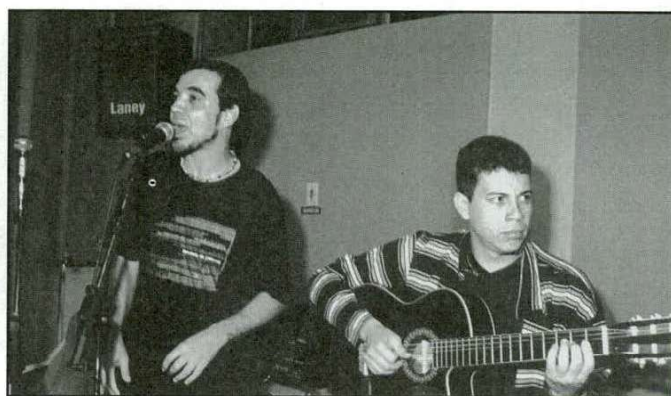
- Iniciou a carreira nos anos 70. Participou de diversos festivais e cantou nas maiores casas noturnas de Goiânia. Em 1980 gravou seu primeiro disco, que inclui um dos maiores hits da música feita em Goiás: "De Dois", feita em parceria com Carlos Brandão. Em 1982, gravou seu segundo disco com as músicas "Outro final" e "Sério mistério". Nessa época, ao lado de Emílio Santiago, rodou o país como atração principal do Projeto Pixinguinha, bancado pela Funarte. Lançou em outubro/2001 o CD "Caravana", com produção do guitarrista Dênio de Paula.



Descontraídos, Leila Maria, Gustavo Veiga e Maria Eugênia comemoram o sucesso do evento



Momento de lazer reúne membros do MP em animado bate-papo



Os cantores TonZêra e Darwinson apresentaram seus sucessos

NOSSA ASSOCIAÇÃO

Fonteles, Jobim e Marfan em seminário da AGMP

PRIMEIRO EVENTO ORGANIZADO PELA ATUAL DIRETORIA DISCUTIRÁ AS MUDANÇAS LEGISLATIVAS DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A AGMP, em parceria com a Fesump, promoverá no dia 12 de março, na sede da entidade, o seminário O Ministério Público a Debate para discutir temas relevantes e atuais da instituição.

Pela manhã, às 09 horas, o presidente da Conamp, Marfan Martins Vieira, participará de uma mesa-redonda com promotores e procuradores de Justiça, que abordará aspectos das reformas constitucionais de interesse da instituição.

À tarde, o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, falará sobre a investigação criminal e o controle externo do Ministério Público. Em seguida, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, proferirá palestra sobre a reforma do Judiciário e do Ministério Público, encerrando o evento.

O seminário é o primeiro



Folder do evento já está sendo enviado aos associados

de uma série que a diretoria da Associação pretende realizar no biênio 2004/2006, com o objetivo de incrementar a discussão

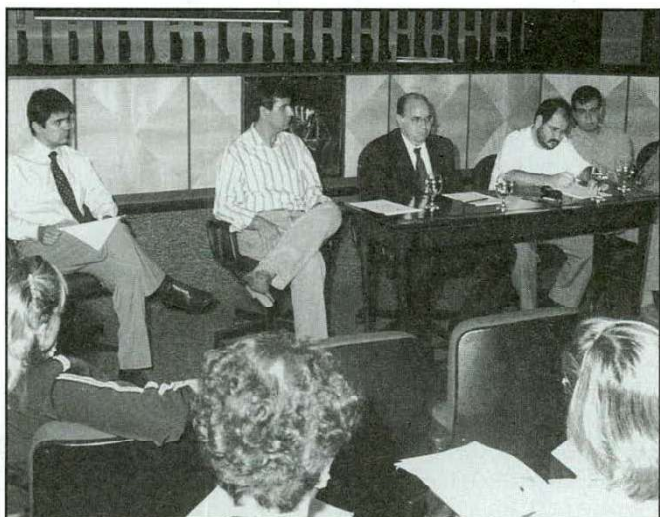


Presidente da Conamp participará de mesa-redonda

interna sobre os caminhos do Ministério Público e auxiliar no aprimoramento da atuação profissional dos associados.A

AGMP já está enviando a todos os associados, pelo correio, o folder com a programação do evento.

Posse de diretores e Conselho do SAMP



Os membros foram indicados pela diretoria, em reunião ordinária

O Conselho Gestor do Serviço de Assistência Médica dos Membros do Ministério Público - SAMP - para o biênio 2004/2006 foi empossado no dia 6 de fevereiro, em breve solenidade na sede da AGMP.

Os membros do conselho foram indicados pela diretoria da Associação em reunião ordinária, e são os seguintes: Isaac Benchimol, diretor-geral; Humberto Luiz Puccinelli, conselheiro; Valéria Cristina de Paula Guimarães, secretária.

No mesmo dia 6, também foram empossados os diretores técnicos da AGMP: José Carlos Mendonça - esportes; Carla

Fleury Souza - social; Livia Augusta Gomes Machado - eventos; José Augusto Falcão - informática; Nilma Maria Dias do Carmo - integração; José Fabiano Ito - administração; Abrão Amisy Neto - estudos jurídicos; Leila Maria de Oliveira - cultural; Valéria Marques Freitas - assuntos institucionais; Ludmila Ferreira Pires de Resende - turismo; Aladir Maria de Souza - convênios; Fernando Aurvalle Krebs - comunicação social; Andréia Brito Rodrigues, Maysa Morgana Chaves Torres, Jalles Macedo Motta e Paulo Henrique Martorini - assessoria especial da presidência.



**BENEDITO
TORRES
NETO**

Investigações promovidas pelo Ministério Público

Costuma-se dizer que os profissionais do Direito têm o dom de teorizar sobre o óbvio. Recentemente, as discussões sobre a possibilidade de investigações criminais serem desenvolvidas diretamente pelo Ministério Público estão comprovando a crítica. O nobre juiz Marco Antônio Rodrigues Nahum, por exemplo, em artigo publicado no jornal O Popular, no último dia 14, nega o óbvio jurídico ao afirmar que o MP não possui atribuição para tanto, dizendo até mesmo que a exclusão da investigação criminal das funções ministeriais foi feita de modo deliberado e proposital pelo constituinte.

Entretanto, a questão não pode ser resolvida com apoio na suposta vontade do constituinte, como quer o juiz Marco Antônio. Realmente, deve-se ter em mente que qualquer interpretação jurídica baseada na "vontade do legislador" é passível de crítica, pois recorre à ficção do legislador nacional, como lembra Santiago Nino, citado por Tércio Sampaio Ferraz Júnior no livro *Introdução ao Estudo do Direito*.

É melhor, então, praticar a interpretação lógica, pois o legislador racional não possui as mesmas características do legislador real. E a lógica demonstra que o Ministério Público tem, sim, atribuição de promover diretamente investigações criminais. É preciso, alguém já disse, repetir o óbvio para que ele seja realmente óbvio.

Ora, é tradicional em nossos tribunais a idéia de que para o exercício da ação penal há necessidade de elementos mínimos de convicção, que podem ou não ser produzidos em inquérito policial. Justamente por isso é que a Constituição de 1998 permitiu, ainda que implicitamente, que investigações criminais fossem promovidas diretamente pelo Ministério Público, estatuinto que é função institucional a expedição de notificações nos procedimentos administrativos (que podem ter natureza criminal) de sua competência (art. 129, VI), bem como realizar outras funções que lhe forem conferidas, desde que compati-

veis com sua finalidade (art. 129, IX).

Permite a Constituição, assim, que o Ministério Público promova diretamente investigações criminais, o que é justificado por inúmeras razões. Na verdade, há até mesmo uma tendência mundial de aumentar o leque de pessoas e entidades legitimadas a promover investigações criminais. Investigações administrativas, parlamentares e do Ministério Público são exemplos de oposição ao monopólio da investigação pelas polícias. Para especialistas, a universalização das investigações tem ligação direta com a democracia participativa e com o princípio da eficiência, agilizando o acesso ao Poder Judiciário.

O reconhecimento da possibilidade de investigações serem feitas diretamente pelo Ministério Público traz ainda maior celeridade

às ações penais, o que, por outro lado, gera eficiência na prestação jurisdicional.

O controle externo da atividade policial, previsto no art. 129, VII, da Constituição de 1988, por sua vez, ganha maior efetividade, já que há uma proximidade maior entre Ministério Público e polícias, dificultando a prática de eventuais desvios funcionais e gerando uma maior compreensão mútua, o que reduzida em melhora da qualidade dos elementos investigatórios.

A sociedade tem aplaudido investigações importantes que vêm sendo feitas pelo Ministério Público, principalmente em relação ao crime

organizado e aos crimes de sonegação fiscal. As garantias constitucionais da inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade de vencimentos dadas aos promotores permitem que essas investigações sejam feitas sem influências perniciosas. Impedir que investigações criminais sejam promovidas pelo MP é, então, agir contra o interesse da população.

É preciso pregar contra a negação do óbvio. Conclamo a população, portanto, para lutar ao lado dos promotores de justiça pela manutenção de suas funções investigativas, para que o Ministério Público continue a prestar bons serviços à sociedade.

“

**A sociedade
tem aplaudido
investigações
importantes que vêm
sendo feitas pelo
Ministério Público”**

Benedito Torres Neto, presidente da AGMP

DIREITO PENAL

Promotor publica tese sobre embriaguez

O MESTRE EM CIÊNCIAS PENAIS HAROLDO CAETANO DA SILVA FAZ LEITURA CRÍTICA, COM ENFOQUE ATUALIZADO, DE TEORIA QUE LEGITIMA A PUNIBILIDADE DO ÉBRIO

O promotor Haroldo Caetano da Silva, primeiro vice-presidente da AGMP, está lançando o livro *Embriaguez & a teoria da Actio Libera in Causa*, pela editora Juruá. Com esta obra, o autor, que também é professor de Direito Penal, conquistou o título de Mestre em Ciências Penais - trazendo um enfoque atualizado sobre a instigante disciplina penal da embriaguez. Caetano faz uma (re) leitura crítica da teoria da *actio libera in causa*, que ainda nos dias de hoje é chamada a legitimar a punibilidade do ébrio.

"... A discussão do tema situa-se numa zona opaca, em que duas forças antagônicas pressio-

nam o Direito Penal. De um lado, o problema da violência derivada do consumo abusivo de álcool e outras drogas, para o qual a sociedade exige soluções práticas; de outro, o princípio *nullum crimen sine culpa*, com o pressuposto da imputabilidade, fundamento elementar do sistema penal."

O promotor se baseia na sua vasta experiência no tribunal do júri para abordar este tema conflitante e sempre atual na nossa sociedade, onde o alcoolismo e as drogas são constantemente apontados nos processos como as principais causas de homicídios.

FICHA TÉCNICA

Livro: *Embriaguez & A Teoria da Actio Libera In Causa*
Autor: Haroldo Caetano da Silva, 136 pgs.
Editora: Juruá Editora
Preço: R\$ 29,40



Releitura do Direito privado



ÉRICO DE PINA CABRAL*

"Com o novo Código do Consumidor, coíbe-se o abuso nas relações sociais. Para se alcançar essa releitura do direito privado indicamos os livros *Noções Preliminares de Direito Civil*, da professora Rosa Maria de Andrade Nery, editora RT; e *Perfis do Direito Civil Constitucional*, do consagrado autor italiano Pietro Perlingieri, tradução de Maria Cristina De Cicco, editora Renovar."

*Promotor de Justiça de Turvânia, professor de Direito do Consumidor e Mestrando em Direito na PUC-SP

Vale a pena ler Vale a pena ler Vale a pena ler Vale a pena ler Vale a pena ler

Leitura Dinâmica

Leitura Dinâmica - Leitura Dinâmica - Leitura Dinâmica - Leitura Dinâmica - Leitura Dinâmica

A Argumentação das decisões judiciais

A tese proposta neste livro, e embasada na Teoria da Argumentação de Perelman, é a de que o processo decisório dos tribunais não tem como fundamento apenas uma consonância com o direito positivo criado pelo Estado, como propõe a doutrina tradicional.

Autor: Paulo Roberto Mendonça
Editora: Renovar
Preço: R\$ 39,00



Assistência Jurídica Pública - Direitos Humanos & Políticas Sociais

A obra contextualiza a assistência jurídica pública no interior dos direitos humanos e das políticas sociais. O tema é dissertado a partir de sua inserção histórica, tendo como suporte alguns paradigmas filosóficos clássicos.

Autor: Cláudia Maria Costa Gonçalves, 110 pgs.
Editora: Juruá Editora
Preço: R\$ 19,90



A Estrutura Lógica do Direito

A idéia do livro é de que diante das múltiplas expressões verbais utilizadas para expressá-las, as normas jurídicas têm uma forma lógica constante, sendo possível estabelecer os conceitos fundamentais da ciência do direito. Há velhos temas abordados de forma inusitada.

Autor: Arthur José Favaret Cavalcanti
Editora: Renovar
Preço: R\$ 53,10



Cidadania... Agravo e Desagravo

Evitando o rigorismo acadêmico - o autor traz situações reais para expor os fundamentos constitucionais da cidadania. Ele formula um desagravo da nação, vítima das filas, senhas, crachás, siglas, guichês, normas extravagantes e de outros apetrechos de contenção de direitos.

Autor: João Roberto Régner, 200 pgs.
Editora: Juruá Editora
Preço: de R\$ 29,90



NOSSA ASSOCIAÇÃO

"Construir pontes e derrubar muros"

PRESIDENTE DA ENTIDADE PEDE UNIÃO ENTRE PROMOTORES E PROCURADORES DE TODO O ESTADO PARA QUE A CATEGORIA SE FORTALEÇA NA LUTA CONTRA A PERDA DOS SEUS DIREITOS CONSTITUCIONAIS

Em seu discurso de posse, o presidente da Associação Goiana do Ministério Público - AGMP, procurador de Justiça Benedito Torres Neto, enfatizou que a nova diretoria da Associação está atenta para as necessidades da categoria e pediu a união da classe. "Lutaremos para que o Direito prevaleça, restaurando a paz e tranquilidade aos nossos queridos colegas aposentados e também aos membros em exercício atingidos pela reforma." A diretoria que está no comando da AGMP no biênio 2004/2006 foi empossada no dia 31 de janeiro, às 20h30. Após a solenidade, houve confraternização na sede do clube.

Durante a campanha eleitoral, Benedito Torres teve oportunidade de visitar todos os promotores e procuradores de

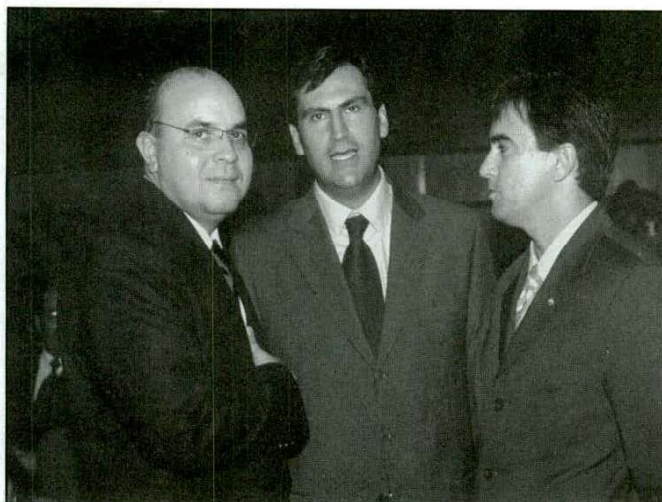
“
A luta não é a favor da farra fiscal,
mas contra a desestruturação de um
serviço público essencial à
normalidade jurídica e democrática.**”**

Goiás, ativos e aposentados, sentindo de perto os problemas que os afligem e colhendo informações e idéias para saber o que é melhor para a instituição. "Vi consolidado o ideal de servir a sociedade, enaltecendo a justiça social e o bem-estar coletivo", comenta.

O procurador diz que a campanha foi um aprendizado e que chega à direção da AGMP em um momento delicado e de mudanças, mas assim como toda a diretoria está disposto a lutar incansavelmente pelos direitos da sua categoria, referindo-se às reformas da Previdência e do

Judiciário. "Nossos colegas aposentados foram usurpados em seus direitos na reforma previdenciária, com a redução dos seus vencimentos. Dispositivos constitucionais e infra-constitucionais foram desrespeitados. A irredutibilidade de vencimentos, que é direito constitucional, foi infringida."

Benedito Torres Neto critica o texto da Reforma do Judiciário que trata do MP. "O ataque à democracia e ao direito de expressão torna-se tão evidente que alguns querem impor ao Ministério Público, bem como à imprensa, a lei da mordada, com o intuito de calar a voz dos propósitos da justiça e da informação. Esquecem os defensores de tal posição, que para amordaçar esta instituição terão mais uma vez que pisotear a Constituição Federal."



Presidente eleito, Aylton Vechi e Haroldo Caetano, 2º e 1º vices



Lauro, Abrão, Humberto, Benedito e Lílian durante comemoração



Associados, membros da nova diretoria e convidados se reúnem em jantar oferecido após a cerimônia de posse

Estrutura precária preocupa

Outra preocupação do presidente da AGMP é a falta de condições de trabalho nas promotorias de justiça. “Vimos promotores com milhares de processos aguardando providências, sem uma estrutura decente para tal mister. Atualmente, existe uma deficiência de mais de uma centena de promotores em nosso quadro, causando excesso de trabalho para todos os colegas, que têm que se desdobrar com o fim de responder em outras comarcas.”

No discurso do presidente empregado também não faltaram

críticas à Lei de Responsabilidade Fiscal, que limitou o orçamento do MP e os gastos com quadro de pessoal. “Esta é outra amarra que desarticulou nossa instituição, bem como em outros estados, impedindo-a de cumprir com eficiência a sua finalidade. Fique claro que a luta não é a favor da farra fiscal, mas contra a desestruturação de um serviço público essencial à normalidade jurídica e democrática.”

Entre as metas da atual diretoria da AGMP destacam-se a modernização administrativa da entidade, visando redução de cus-

tos; a melhoria dos serviços prestados aos associados, a defesa intransigente dos direitos e garantias da categoria; e o incremento das discussões de temas relevantes, através de seminários e fóruns de debate. No final, lembrando o lema adotado pelo Papa João Paulo II, “Construir pontes e derrubar muros”, Benedito Torres Neto pediu a união de esforços. “Conclamo cada colega a estar presente na Associação para participar e para acreditar que os dois anos de administração serão difíceis, mas de muitas vitórias.”

Diretoria 2004/2006

PRESIDENTE

Benedito Torres Neto

1º VICE-PRESIDENTE:

Haroldo Caetano da Silva

2º VICE-PRESIDENTE:

Aylton Flávio Vecchi

1º SECRETÁRIO:

Fabiano de Sousa Naves

2º SECRETÁRIO:

Alencar José Vital

1º TESOUREIRO:

Lauro Machado Nogueira

2º TESOUREIRO:

Cyrol Terra Peres

RELAÇÕES PÚBLICAS:

Roberta Pondé Amorim de Almeida

CONSELHO FISCAL/TITULARES:

Eliseu José Taveira Vieira, Cacildo Martins Ferreira, Marcelo Henrique dos Santos.

Conselho Fiscal/ Suplentes:

Lourdes G.B. Taufick, José Carlos M. Nery Júnior, Vagner Jerson Garcia.



Autoridades políticas também marcaram presença no evento



Associados do interior e capital prestigiam a posse

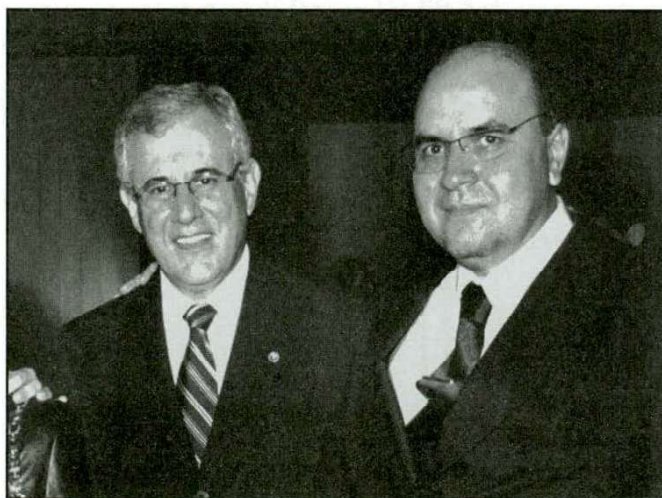
NOSSA ASSOCIAÇÃO

"Juntos somos uma força indestrutível"

SOLENIDADE DE POSSE DA NOVA DIRETORIA FOI PRESTIGIADA POR PROMOTORES, PROCURADORES E AUTORIDADES DE TODAS AS ESFERAS DO PODER

A solenidade de posse da nova diretoria da AGMP foi prestigiada por inúmeras personalidades do meio político e jurídico de Goiás e do Brasil. O presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - Conamp, Marfan Martins Vieira, ressaltou a importância do MP para a construção de uma sociedade mais digna e mais justa. "Tem que lembrar que há pouco mais de 15 anos fez-se a Constituição Federal, resultado da Assembleia Nacional Constituinte. Então, o Ministério Público tornou-se o guardião da democracia. Apesar da resistência dos conservadores, o MP fortaleceu-se e ocupou espaço."

Marfan Martins Vieira demonstrou sua preocupação com as inúmeras emendas sofridas pela Constituição Federal. Ele também criticou a Reforma da Previdência e a Reforma do Judiciário. "Agora querem cercar o MP. Há excessos de uma minoria, mas isso corrige-



O presidente da Conamp reforça o apoio à nova diretoria da AGMP

se com os próprios mecanismos. O Ministério Público é hoje a instituição que tem maior número de atribuições a favor da sociedade. A melhor maneira de enfrentar os que nos querem impor retrocessos é aprimorá-la cada vez mais. Juntos representamos uma força indestrutível", enfatizou.

O presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, desembargador Charife Oscar Abrão lembrou que "sem advogado, sem juiz e sem promotor, não há justiça. E sem justiça, não há democracia. A sociedade goiana não corre qualquer risco de perder seu mais leal defensor, o porque o MP é integra-

do por pessoas íntegras."

Ao passar o comando para o procurador Benedito Torres Neto, a promotora Yara Alves Ferreira e Silva disse que o fortalecimento do MP é resultante da união, luta, atuação junto à sociedade. Lembrando Mahatma Gandhi, ela ressaltou que "desenvolver a cultura da paz é fundamental diante das desigualdades e o MP deve fazer parte dessa luta."

A procuradora-geral de Justiça, Laura Maria Ferreira Bueno, falou sobre a importância do MP para a garantia da democracia no País. "Incomodam a independência da instituição e atuação firme de seus membros, mas por certo, incomoda muito mais a fragilidade do povo brasileiro diante dos abusos e da violência social, os quais o MP tem o dever constitucional de combater. A instituição sempre faz sua autocrítica, revê sua atuação, mas sempre com os olhos voltados para o cumprimento da sua função constitucional."

CONGRATULAÇÕES

A diretoria da AGMP agradece às inúmeras congratulações recebidas por ocasião da posse, tanto pessoalmente, como por fax e e-mail:

MAGUITO VILELA Senador	JOÃO CAMPOS Deputado federal	HENRIQUE TIBÚRCIO PENA Secretário-geral da OAB	Deputado	CARLA SANTILLO Deputada Estadual
DEMÓSTENES XAVIER TORRES Senador	JOVAIR ARANTES Deputado federal	PEDRO SÉRGIO DOS SANTOS Representando a UFG	LEONARDO VILELA Deputado	EUNICE HELENA R. BARROS Presidente da Associação
LÚCIA VÂNIA Senadora	JOÃO FURTADO DE MENDONÇA NETO Procurador-geral do Estado	IVALDO DOS SANTOS Representando a UCG	FREDERICO JAYME FILHO Conselheiro do TCE	Mato-grossense do MP
FLORIANO GOMES Desembargador	RICARDO DIAS Procurador-geral do Município	Presidentes e representantes de entidades co-irmãs.	IVORY COELHO NETO pres. da Associação do MP do Rio Grande do Sul	JOSÉ CARLOS CONSENZO Presidente da Associação Paulista do MP
MARCO TÚLIO DE OLIVEIRA E SILVA Procurador da República	BIANOR FERREIRA Vereador	WAGNER GUIMARÃES Deputado	JOÃO DE DEUS DUARTE ROCHA Pres. da Associação Cearense do MP	LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO Presidente da Associação do MP do Maranhão
RONALDO CAIADO Deputado federal	FABIANO COELHO, Presidente da Amatra-GO	PEDRO WILSON GUIMARÃES Prefeito de Goiânia	RAQUEL RODRIGUES Deputada Estadual	VALDIR BARBOSA JÚNIOR Presidente da Associação do MP de Pernambuco
SANDES JÚNIOR Deputado federal	MARFAN MARTINS VIEIRA Presidente da Conamp	LEANDRO VILELA	DANIEL GOULART Deputado Estadual	





**FERNANDO
AURVALLE
KREBS**

Controle externo para todos em todos os níveis

Basta ouvir ou assistir o noticiário das rádios e tvs e ler os jornais para ficarmos estarelecidos com o que ocorre no Brasil. Um governo de esquerda assumiu o poder central pela primeira vez em nossa história, eleito para combater a pobreza, as injustiças, o desemprego, a corrupção e dependência econômica que sufoca a nossa economia e condena nossos jovens à exclusão social e nossos velhinhos à mendicância. Contudo, ao invés de priorizar estas medidas, elege como prioridade as reformas constitucionais, dentre elas a do Judiciário e do Ministério Público, bem como um programa, se é que podemos dar-lhe esta denominação, intitulado FOME ZERO, como se saciar a fome fosse suficiente para erradicar-se a miséria.

Ante o escandaloso fiasco nacional em que se constitui o FOME ZERO, o governo central, já dotado de ares imperiais, tendo até mesmo um czar, no melhor estilo "Collor", numa espécie de neopopulismo, resolveu eleger como "bode expiatório" de seu retumbante fracasso o ataque sistemático às únicas instituições que lhe podem oferecer obstáculos, com o intuito de "jogar para a torcida", desviando-lhe a atenção. O governo combate os marajás do funcionalismo, compara juízes e promotores a cortadores de cana, tudo isso em meio ao mais frenético turismo presidencial já visto, provocando inveja em seu antecessor, o qual foi vigorosamente condenado por esta prática pelos atuais donos do poder.

Diante do maior desemprego da história, o governo do PT compra três aviões novos para o turismo palaciano, só um deles soma a bagatela de 150 milhões de reais, promovendo as únicas inaugurações dos atuais inquilinos do Palácio do Planalto.

A violência só não prospera mais do que o crime organizado, e a corrupção na administração pública continua igual a dos governos passados. Os servidores públicos são tratados como bandidos pela polícia na Capital da República. O Congresso Nacional impede a entrada dos trabalhadores do setor público durante a votação das reformas, como só ocorreria nos anos de chumbo da ditadura. Nem parece o mesmo

PT que se batia contra as reformas constitucionais por eles intituladas de neoliberais. E as deles... São o que?...Ultraliberais?...

Conseguem ser piores que as do governo anterior, pois tratam o servidor público, que labuta em prol do interesse de todos, como se fosse um "sangue-suga" do patrimônio público, culpado de todos os males do país. O tiro mortal foi o fim da aposentadoria e pensão integrais, o que DESTRÓI O SERVIÇO PÚBLICO brasileiro e com ele o Estado que a esquerda defendeu no passado, que deveria ser forte e regulador da economia. Aos novos servidores restará o desânimo e o estímulo à corrupção, como ocorre em outros países latinos. Aos atuais funcionários, especialmente os das funções típicas do Estado, restará o desestímulo, porque não será razoável exigir-se de um policial, delegado, fiscal, juiz ou promotor a coragem de outros tempos no combate a situações de risco, pois, uma vez morto em combate, à família restará, além da ausência, o desamparo do Estado como prêmio pelo ato de bravura do ente querido.

É claro que o Judiciário e o Ministério Público não são perfeitos, mais aquele do que este. Mas, o Executivo e o Legislativo servem de exemplo para alguém?

Para solucionar suas imperfeições, o Governo, sem controle, propõe para ambas as instituições o mesmo remédio: o CONTROLE EXTERNO. Ora, ainda que estas medidas não atinjam a independência funcional de seus membros, porque não se debruçar sobre a corrupção policial, há décadas nossa conhecida, a tal ponto que já se incorporou à cultura nacional. Porque não dotar a polícia de um CONTROLE EXTERNO, bem como a OAB, que

não pune exemplarmente seus maus profissionais e goza de descrédito popular maior do que o atacado Judiciário.

Se realmente querem melhorar as instituições, que se crie o CONTROLE EXTERNO do Poder Legislativo, chamuscado e desmoralizado por desmandos e abusos de toda a ordem. Já que querem o CONTROLE, que o Executivo dê o exemplo e comece por ele, pois, com certeza, se o povo o controlasse, o governo Lula trabalharia mais contra o desemprego e as chagas que infestam o país e faria menos turismo com o dinheiro público.



FERNANDO AURVALLE KREBS
Promotor de Justiça, autor do livro "A
Reforma do Poder Judiciário"

Direitos Humanos

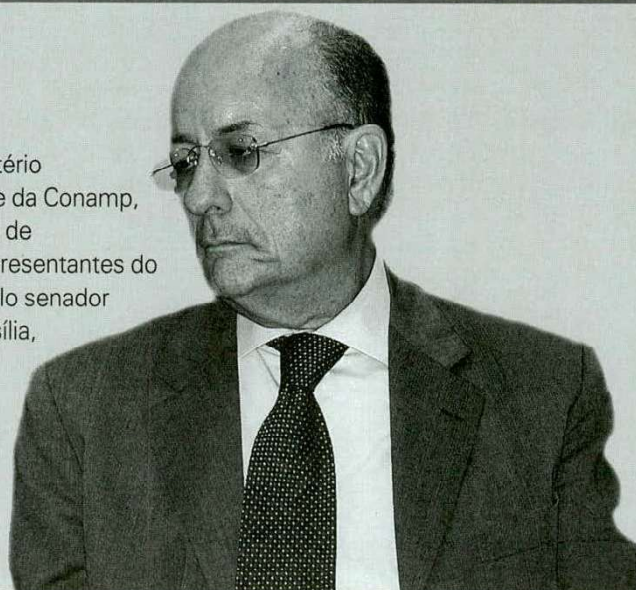
Em entrevista ao Bom Dia Goiás, na TV Anhanguera, o presidente da AGMP, Benedito Torres Neto, analisou a Reforma do Judiciário e destacou que a proposta em andamento não irá melhorar a prestação do serviço jurisdicional à população. Outro ponto criticado pelo presidente foi a federalização dos crimes contra os direitos humanos. A proposta, segundo Torres, centraliza a apuração desse tipo de crime e está por enfraquecer o seu combate.

Meio Ambiente

Os promotores de justiça Marcelo Faria da Costa Lima, Cássio de Souza Lima e Alessandra A. de Melo Silva propuseram Ação Civil Pública Ambiental com pedido de liminar contra o município de Caldas Novas, a Câmara Municipal e as empresas Daher & Abdala Ltda. e San Marino Marcenaria Ltda. O MP pede, liminarmente, que as empresas cumpram a obrigação de não construir nas áreas de Recreio, sob pena de pagamento de multa diária de mil UFIRs.

Reforma do Judiciário

O presidente da Associação Goiana do Ministério Público, Benedito Torres Neto; o presidente da Conamp, Marfan Martins Vieira; e o presidente do Colégio de Procuradores, Aquiles Siquara, dentre outros representantes do Ministério Público Nacional, foram recebidos pelo senador José Jorge (*foto*), no dia 11 de fevereiro, em Brasília, para discutir a Reforma do Judiciário e do MP. Entre os pontos da Reforma que interessam ao MP, foram abordados a federalização dos crimes contra os direitos humanos; e a possibilidade de perda do cargo em decorrência da decisão do Conselho Nacional do Ministério Público.



Sábado tem feijoada na AGMP

A AGMP promoverá no sábado, 13, um dia inteiro de muita descontração e alegria para o associado e sua família. A programação começa pela manhã, com futebol e torneio de truco para adultos e recreação para as crianças. No almoço, uma feijoada especial preparada com capricho. À frente da organização da festa estão os colegas Carla Fleury, Lívia Augusta e José Carlos, das diretorias social, de eventos, e de esportes, respectivamente.



Concurso para promotor

A Comissão do Concurso para promotor de justiça substituto em Goiás definiu que a prova objetiva (primeira etapa) da seleção será aplicada no dia 21 de março. Os candidatos farão os exames nos prédios da Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, na Vila Canaã, em Goiânia, a partir das 8 horas. Passarão para a segunda etapa de provas os 180 primeiros classificados. Dos 2.808 processos de inscrição, apenas 10 foram indeferidos por não cumprirem as exigências do edital. Com isso, estão aptos a prestar a primeira prova 2.798 inscritos, o que representa uma média de quase 140 candidatos por vaga (são oferecidas 20 vagas, com 1 reservada para portador de deficiência). (publicado pela imprensa em 20-02-2004)

140

é o número de candidatos por vaga no concurso para promotor substituto

CONAMP

João de Deus sucede Marfan na presidência

INTEGRANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ, JOÃO DE DEUS, ASSUME O COMANDO DA CONAMP NO PRÓXIMO DIA 13 DE MARÇO, EM BRASÍLIA

Adriana Mendonça

A nova Diretoria e o Conselho Fiscal da Conamp - Confederação Nacional dos Membros do Ministério Público, eleitos para o biênio 2004/2006, tomarão posse dia 13 de março, às 19 horas, em Brasília, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. João de Deus Duarte Rocha, do Ministério Público do Ceará, substitui Marfan Martins Vieira na presidência da entidade. Os demais diretores eleitos são José Carlos Consenzo (SP), na 1ª vice-presidência; Ivory Coelho Neto (RS), 2ª vice-presidência; e Mauro Flávio Ferreira Brandão (MG); secretaria-geral.

Nas diretorias regionais estão Eunice Helena Rodrigues de Barros (MT), no centro-oeste; José Antônio Malta Marques (AL), no nordeste; e Edilson Queiroz Martins (AM), no norte. No Conselho Fiscal,



tomarão posse Ivonei Sfoggia (PR), Eduardo Barreto D'Ávila Fontes (SE), Valdir Barbosa Junior (PE), Emmanoel Arcanjo de Souza Gagno (ES) e Airton

Juarez Chastinet Mascarenhas Júnior (BA).

Na mesma solenidade, a Conamp entregará medalhas de mérito a Cláudio Barros Silva,

Fernando Grella Vieira, Flodesmidt Riani, Ivana Farina, José Anthero Monteiro Filho, Miro Teixeira e Vicente Ferreira de Arruda Coelho.

Classificados

Classificados Classificados Classificados

- Procura-se trabalho em chácara ou fazenda nas proximidades de Goiânia. Contato com Euzélio Tonhá. Fone 259-1803.
- Aluga-se casa para temporada em Pirenópolis (região central) para quatro pessoas. Tratar com Sandra Beatriz, à noite, no telefone 281-0489.
- Aluga-se flat para temporada e/ou feriado em Caldas Novas. Ótimo para descanso. Tratar com Sandra Beatriz, à noite, pelo telefone 281-0489.
- Aluga-se apartamento de três quartos, com uma suíte, em Caldas Novas. Ampla área de

lazer, com quatro piscinas de água quente, sauna, churrasqueiras, etc. Tratar com Orlandina pelo telefones (62) 317-2057 e 9995-6074.

- Alugam-se casa e apartamentos com vista panorâmica para o Oceano Atlântico, em Nova Viçosa-BA. Casa de praia com quatro quartos, sendo uma suíte e ampla varanda, com capacidade para 13 pessoas. Apartamentos: quatro suítes amplas e independentes, de frente para o mar (sobrado), com uma cama de casal, duas

camas de solteiro, frigobar, TV, ar-condicionado, ventilador de teto, armário e varanda com rede. Praia praticamente particular, sem nenhum tipo de poluição, próxima à reserva marítima de Abrolhos. Tratar com Carla Fleury, e-mail fleuryfabio@brturbo.com, ou pelos telefones (62) 275-8757, 9972-6447 ou 514-1222.

- Vende-se um Audi A3 azul 1.8/2001, novíssimo, computador de bordo completo, 47.800 Km. Tratar pelo telefone 9956-1998, com Aparecida.

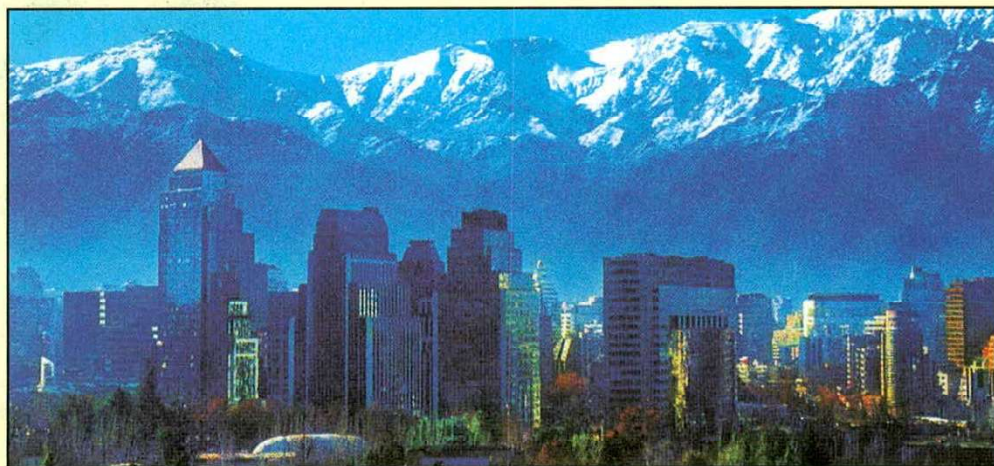
TURISMO

Semana Santa na praia ou nos lagos chilenos?

ASSOCIADOS DA
AGMP EM DESCONTO
ESPECIAL EM
PACOTES PARA A
SEMANA SANTA.
AGENDE E APROVEITE

Para o descanso da Semana Santa, a agência de turismo Open Tour está oferecendo pacotes de viagens para Maceió, Natal e Mini Lagos do Chile. Para o nordeste, o pacote inclui passagem aérea, hospedagem em apartamento duplo, café da manhã e jantar, traslado aeroporto/hotel/ aeroporto e city tour.

Quem preferir a terra de Isabel Allende, conta com passa-



A paisagem deslumbrante da Cordilheira dos Andes é uma das opções para o feriado

gem aérea, traslado em Santiago, café da manhã com hospedagem e taxas em Santiago, excursão de dia inteiro a Viña del Mar e Valparaíso,

city tour de meio dia em Santiago e três noites de hospedagem em Puerto Varas com café da manhã. O pagamento pode ser feito em até

5 vezes sem juro (cheque) e associados da AGMP têm desconto de 3%. Informações pelo telefone 62 - 545-1304, com Lúcio Ottoni.

MÊS DE MARÇO

Aniversariantes

Aniversariantes do mês

Ana Cristina Peternella França	15	Márcia Souza de Almeida	22
Andreia de Brito Rodrigues	30	Marcus Antônio Ferreira Alves	3
Ariete Cristina Rodrigues Vale	9	Maria José Perillo Fleury	19
Arnaldo Machado do Prado	5	Mariana Pires Paula	22
Branca Aguiar Drumond	29	Marivânia Palmeira de Oliveira	4
Claudine Maria Abranches Mansu	29	Mozart Brum Silva	12
Clínio Xavier Cordeiro	30	Orlandina Brito Pereira	15
Edina Mamaré de Melo	9	Patrícia Teixeira Guimarães	8
Eliane Ferreira Fávoro	18	Rafael de Pina Cabral	7
Eliete Sousa Fonseca Suavinha	11	Ricardo Rangel de Andrade	28
Eliseu José Taveira Vieira	16	Sandra Monteiro de Oliveira Lima	9
Eudes de Azevedo Machado	11	Sérgio Guimarães de Melo	8
Irma Pfrimer Oliveira M. de Melo	27	Valdernes Ribeiro de Menezes	9
João Teles de Moura Neto	17	Wilson Nunes Lúcio	17
José Antônio Correa Trevisan	19		
José Carlos Miranda Nery Júnior	30		
José César Naves de Lima Júnior	29		
José Eduardo Veiga Braga	19		
Livia Augusta Gomes Machado	5		
Luciene Maria Silva Oliveira	22		
Marcelo Faria da Costa Lima	14		
Márcia Cristina Peres	1		



Convênios

O SAMP firmou convênio com a Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas de Goiás - COOPANEST-GO. De acordo com a diretora de convênios, Aldair Maria de Souza Rocha, todos os beneficiários ou associados da AGMP, bem como seus dependentes legais, poderão usufruir da prestação de serviços dos médicos anestesiologistas cooperados, em todos os hospitais conveniados com a AGMP, mediante solicitação do cirurgião, do paciente ou do centro cirúrgico, em regime de 24 horas ininterruptas.

Visita nobre



O ex-Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira (foto), esteve em Goiânia no dia 16 de fevereiro. Em visita à sede da AGMP, na parte da manhã, foi recebido pelo presidente Benedito Torres Neto, e membros da diretoria.

Novo Breves Notas

O Breves Notas está de cara nova e quer ver o associado participando de sua elaboração. Duas seções foram especialmente criadas para você dar sua opinião: *Vale a pena ler*, que sempre trará uma dica de leitura, e *Ponto de Vista*, onde você poderá expressar sua opinião sobre os mais diversos assuntos, jurídicos ou não, observando apenas o formato do texto - máximo de 30 linhas, por questão de espaço. Seus comentários, críticas e sugestões podem ser feitos através do e-mail da associação: agmp@agmp.org.br ou pelo fax: (62) 251-1798, aos cuidados da diretora de Relações Públicas, Roberta Pondé.



Comunicação

A jornalista Maria José Sá também está reforçando o time da AGMP. Além de produzir o Breves Notas e colaborar na atualização da página da AGMP na internet, ela irá estruturar o nosso Departamento de Comunicação e nosso arquivo fotográfico. Os associados que quiserem entrar em contato direto com a assessoria podem procurá-la na sede da AGMP, diariamente, das 9h às 12 h.

Atendimento

Visando melhorar ainda mais o atendimento ao associado, desde o dia 1º de fevereiro, a diretoria conta com a secretária Cláudia Resende Venturini. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo, ela é prestativa e atende a todos com simpatia e muita competência. Cláudia está sempre à disposição para atender qualquer dúvida dos associados, em período integral, pessoalmente ou pelo telefone 285-6660.

Home Page

Nossa página na internet está fora do ar porque está sendo remodelada. Em breve, um site moderno, ágil e com novos serviços estará disponível ao usuário da AGMP *on line*. Trata-se de mais um canal de comunicação entre a Associação Goiana do Ministério Público e seus associados.

Malhação

Atendendo a uma antiga reivindicação dos associados, a academia de ginástica da sede social da AGMP está funcionando também aos sábados, pela manhã. Ótima oportunidade para quem quer ficar em forma e manter a saúde, além de ser mais um ponto de encontro entre colegas.